

## **O PEDAGOGO<sup>1</sup> COMO PARTE INTEGRANTE DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL EM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO: PRESENTE!<sup>2</sup>**

SZEBENY, Higor de Oliveira<sup>3</sup>  
SARAMAGO, Ilma<sup>4</sup>

### **RESUMO**

A pesquisa teve como objetivo discutir o papel do pedagogo frente às novas demandas educacionais e a relevância do seu trabalho para a equipe multiprofissional junto às crianças que necessitam de atendimento especializado. Para tanto, utilizamos a pesquisa bibliográfica tendo como fontes de estudos livros e artigos que discutem a temática, bem como alguns dispositivos legais que norteiam a modalidade de ensino a educação especial. A pesquisa apontou que a formação em pedagogia passou por diferentes momentos e atualmente a demanda tem sido crescente em relação a educação especial, o que vem conquistando seus direitos por meio de dispositivos legais específicos. Inclusive, no tratamento recebido pelas crianças com necessidades especializadas que antes tinha base no modelo médico-biológico e atualmente já é visto em suas especificidades a partir de avaliações e intervenções feitas por equipes multiprofissionais, em que o pedagogo é peça fundamental, uma vez que recebe em sua formação aportes teóricos e práticos acerca da aprendizagem e de como ela funciona, o que evidencia a relevância do seu trabalho.

**Palavras-chave:** Atendimento Educacional Especializado. Trabalho Multiprofissional. Formação Pedagógica.

### **ABSTRACT**

The research aimed to discuss the role of educators in response to new educational needs and the importance of their work within multidisciplinary teams assisting children requiring specialized care. To achieve this, we conducted a literature review using books and articles as study sources that discuss the topic, along with legal frameworks guiding special education. The research indicated that pedagogy training has undergone various phases, and currently, there is a growing demand for special education, which is gaining recognition through specific legal measures. Furthermore, the treatment of children with specialized needs has shifted from the medical-biological model to a focus on their specific characteristics, involving assessments and interventions by multidisciplinary teams. The educator plays a crucial role in this context, as their training encompasses theoretical and practical aspects of learning, highlighting the relevance of their work.

**Keywords:** Specialized Educational Assistance. Multiprofessional Work. Pedagogical Formation.

---

<sup>1</sup> Utilizamos o termo “Pedagogo” no decorrer de todo o texto, contudo nossa referência está tanto para profissionais do sexo masculino como feminino - Pedagogo e pedagoga.

<sup>2</sup> Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Ponta Porã, como avaliação parcial para a conclusão do Curso.

<sup>3</sup> Acadêmico do Curso em Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Ponta Porã.

<sup>4</sup> Orientadora - Professora Dra. do Curso em Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Ponta Porã.

## **Introdução**

O Atendimento educacional às crianças com necessidades especializadas é uma conquista legal, que tem como marco a Constituição Federal Brasileira de 1988, a qual busca promover uma educação inclusiva para todos (Sanchez, 2019, p. 99).

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2019, o número de matrículas na modalidade educação especial chegou a 1,3 milhão estudantes, representando um crescimento de 5,9% em relação ao ano anterior e colocando em evidência um aumento de 34,4% se relacionado ao ano de 2015, o que demonstra que os alunos com algum tipo de necessidade especializada têm ingressado gradativamente nas instituições escolares.

Embora esse crescimento seja significativo, o censo escolar do INEP, de 2020, aponta que o número de alunos sem qualquer tipo de atendimento especializado passou de 50,2% em 2016 para 55,8% em 2020, o que evidencia o descaso com essa área da educação, formada por uma parcela grande da população.

Diante de tal realidade e de discussões feitas nas disciplinas obrigatórias e optativas que cursei, e posteriormente como estagiário remunerado em um centro de atendimento especializado para crianças (IDE/Ponta Porã), público da educação especial, que nasceu o interesse pela temática estudada, o qual nos levou aos seguintes questionamentos: Como tem sido a formação de professores no Brasil diante as novas demandas educacionais, particularmente no que tange a educação especial? Em que momento e como foi criado o atendimento multiprofissional para crianças com necessidades especializadas? De que forma o Pedagogo tem atuado enquanto parte dessa equipe multiprofissional?

Desse modo, em busca de algumas respostas, a pesquisa teve como objetivo discutir o papel do pedagogo frente às novas demandas educacionais e a relevância do seu trabalho para a equipe multiprofissional junto às crianças que necessitam de atendimento especializado. Para tanto, optamos pela pesquisa bibliográfica, cujas fontes foram livros e artigos científicos. Para Gil (2002), esse tipo de pesquisa é “[...] desenvolvida com base em material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos” (p. 44).

A pesquisa bibliográfica permite que o investigador compreenda um determinado fenômeno com base nos estudos de outros pesquisadores a respeito da temática escolhida. Contudo, é necessário que o pesquisador mantenha-se atento a suas fontes estudadas para serem mais fidedignas possíveis (GIL, 2002, p. 45). Por essas razões, a pesquisa bibliográfica

é desenvolvida a partir de um encadeamento de etapas que visam roteirizar e organizar a produção do conhecimento científico com rigorosidade (Gil, 2002, p. 61).

Para a melhor organização da pesquisa, elencamos em três subtítulos: No primeiro subtítulo, “**Formação do Pedagogo e as novas demandas educacionais**”, apresentamos inicialmente algumas considerações acerca de como se constitui a identidade do pedagogo diante das diferenças que permeiam um processo de ensino, assim como ocorreu historicamente a trajetória das pessoas com deficiência no contexto educacional, a realidade de exclusão que essas pessoas viveram e vivem, além dos resultados de suas lutas, as quais, ao longo do tempo, culminaram na aquisição de mais direitos e na criação de diversos dispositivos legais que hoje garantem seu acesso ao atendimento especializado.

No segundo subtítulo, “**Do modelo médico-biológico ao modelo do atendimento multiprofissional,**” abordamos o trabalho multiprofissional no atendimento educacional especializado em uma perspectiva histórica, visitando o contexto de transformação que levou o “tratamento” das pessoas com deficiência de modelos preconceituosos e excludentes a um modelo técnico mais humanizado. Já no terceiro subtítulo, “**O lugar do pedagogo no atendimento multiprofissional,**” trouxemos apontamentos acerca do atendimento do pedagogo e da sua atuação junto às equipes multiprofissionais, a partir de instrumentos e técnicas que proporcionem a o desenvolvimento das potencialidades, criatividade e conhecimentos da criança atendida.

### **Formação do Pedagogo e as novas demandas educacionais**

A Resolução CNE/CP nº 01/2006 estabelece para a formação inicial do pedagogo no curso de Pedagogia deve ter no mínimo 3.200 horas cursadas em uma instituição de ensino. Determina, ainda, que a carga horária para adquirir a habilitação seja dividida entre atividades formativas (2.800 horas), estágio supervisionado (300 horas) e atividades teórico-práticas (100 horas) (Brasil, 2006). Feito isso, o profissional poderá exercer:

“Funções de magistério na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos” (Brasil, 2006, p. 11).

Já a Resolução do CNE/CP nº 2 de 1º de julho de 2015, art. 9 inciso 1º determina que:

“A instituição formadora definirá no seu projeto institucional as formas de desenvolvimento da formação inicial dos profissionais do magistério da educação básica articuladas às políticas de valorização desses profissionais e à base comum nacional” (Brasil, 2015, p. 8).

Enquanto o Art. 10 da referida resolução expõe que:

“A formação inicial destina-se àqueles que pretendem exercer o magistério da educação básica em suas etapas e modalidades de educação e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, compreendendo a articulação entre estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino”(Brasil, 2015, p. 9).

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul prevê 408 de Práticas de Ensino conforme determina a resolução supracitada. Com o objetivo de oferecer práticas que favoreçam a formação profissional do acadêmico, com disciplinas que irão fornecer, “por meio da simulação de vivências didáticas em sala de aula” (p. 69) a oportunidade de conhecer diversos âmbitos de atuação profissional direcionados ao trabalho do Pedagogo.

Conforme Silva et al. (2023, p. 7), internacionalmente, têm ocorrido movimentos para o aumento da carga horária destinada às atividades teórico-práticas, uma vez que essa é de suma importância para a formação do professor. Nesse contexto, a Resolução CNE/CP nº 02/2019, que determinou 800 horas aos componentes da prática pedagógica desde o início do curso, corrobora para a compreensão do pedagogo como um profissional múltiplo (Silva et al., 2023, p. 7).

No mesmo sentido, a referida resolução trouxe também inovações no campo da especialização dos professores, entre elas, a intensificação da carga horária entre o 2º e o 4º ano de formação e a preparação "para atuar em Administração, Planejamento, Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional para a Educação Básica, nos termos do art. 64 da LDB" (Silva et al., 2023, p. 8); além das habilitações para atuar na Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, gestão e modalidades como a Educação Profissional, Educação Especial, EJA, Educação Quilombola, Educação do Campo, Ensino Normal, etc.

Trata-se, ainda, de dar cumprimento à Meta 1, Estratégia 1.8, do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), qual seja, “promover a formação inicial e continuada dos(as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior” (Brasil, 2014, p. 2 apud SILVA et. al, 2023, p. 8).

As mudanças do curso de Pedagogia, na especialização e nas possibilidades de atuação em diversas áreas da educação, colocam em evidência o caráter múltiplo da profissão pedagogo (Brzezinski, 2011, p. 123), demonstrando que são diversos os caminhos a seguir para atingir êxito profissional.

Segundo Libâneo (2010), o profissional da pedagogia, para além de planejar e ministrar aulas, também pode desempenhar funções organizacionais e interventivas coordenando determinado processo de ensino-aprendizagem. O pedagogo poderá atuar em qualquer instância da formação humana relacionada à “organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modos de ação” (Libâneo, 2010, p. 52).

Poderá, ainda, liderar junto a equipe pedagógica, em busca de organizar o processo educativo de forma a otimizar o ensino e a aprendizagem dos alunos. Ele precisa lidar com a diversidade social e com a burocracia governamental, com o desafio de colocar em prática a função da escola, de ensinar a todos e de garantir o que está disposto no artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): “[...] nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos direitos fundamentais.”

Contudo, essa dimensão da prática pedagógica é frequentemente esquecida ou reduzida apenas ao trabalho docente, o que evidencia a importância de se compreender como é constituída a identidade desse profissional.

Nesse sentido, para estudar o desenvolvimento da identidade do pedagogo que irá atuar com as diferenças em um processo de ensino, deve-se primeiro compreender que essa é uma construção que se dá de acordo com o contexto social em que se desenvolve o profissional. Cujos fazeres e saberes são construídos tanto durante sua trajetória de vida, quanto em sua formação superior e continuada, assim como, de acordo com as experiências vivenciadas nas funções que lhe são atribuídas durante sua vida profissional. Isso poderá fornecer ao profissional da pedagogia formado em curso superior, a capacitação para atender todo tipo de demanda educacional.

Não apenas na gestão, supervisão e coordenação pedagógica de escolas, como também na pesquisa, na administração dos sistemas de ensino, no planejamento educacional, na definição de políticas educacionais, nos movimentos sociais, nas empresas, nas várias instâncias da educação de adultos, nos serviços de psicopedagogia e orientação educacional, nos programas sociais, nos serviços para a terceira idade, nos serviços de lazer e animação cultural, na televisão, no rádio, na produção de filmes, vídeos, brinquedos, nas editoras, na requalificação profissional etc (Libâneo, 2010, p. 39).

Além disso, Libâneo (2010) defende que seja formalizada uma distinção entre a atuação do profissional da pedagogia que irá atuar em outras áreas educacionais e no trabalho docente que se dá em sala de aula, assim como a criação de cursos diferentes para formar profissionais com atribuições específicas da docência e da gestão pedagógica. Nesse caso, a

pedagogia é considerada tecnicamente uma “ciência da educação” que tem seu objeto de estudo nos processos educativos.

Segundo Brzezinski (2011, p. 13),

o curso de Pedagogia deverá garantir componentes que dotem os contornos da identidade múltipla do pedagogo, na qual se articulam atributos para o exercício da docência em espaços escolares e não-escolares, a pesquisa com produção e socialização de conhecimento para a educação básica e para os sistemas escolares e a gestão educacional (Brzezinski, 2011. p. 130).

A identidade múltipla do profissional da pedagogia se refere a diversidade de papéis, dos quais esse profissional poderá desempenhar em diferentes contextos educacionais. Essa diversidade é inerente aos processos educacionais e exige do pedagogo uma formação completa que busque abranger o máximo possível de experiências teóricas e práticas que irão contribuir para uma futura atuação, diante da multiplicidade de facetas que a educação possui e das diferenças presentes nos processos educacionais. Encontramos essa complexidade tanto em espaços escolares quanto em espaços não-escolares, englobando diferentes campos de atuação e áreas do conhecimento da educação básica e fornecendo ao pedagogo um leque de possibilidades para a produção e socialização de conhecimento científico.

A heterogeneidade dos processos educacionais inclui as diversas formas nas quais a educação pode ser entregue, também dizendo respeito às necessidades subjetivas de cada integrante desses processos. Desse modo, o docente necessita passar pela formação devida para adaptar-se à essa diversidade e adotar diferentes métodos de ensino, considerando as necessidades individuais de todos os sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, e levando em conta a condição e as capacidades de cada aluno para poder adotar a abordagem pedagógica mais adequada e utilizar os recursos humanos e tecnológicos disponíveis a favor do desenvolvimento das crianças.

Pensar na diversidade dos processos educacionais e considerar as diferenças encontradas nos espaços educativos expõem o desafio de promover a inclusão na educação. Para garantir que as desigualdades não se reproduzam diariamente, a tarefa pedagógica deve ser possibilitar o acesso a melhores oportunidades de educação. Assim, é necessário o trabalho com foco nas dificuldades individuais que afetam a aprendizagem dos alunos que necessitam de atenção educacional especial (Glat, 2011, p. 4).

[...] necessidades educacionais especiais são geralmente apresentadas pelos alunos com diferenças qualitativas no desenvolvimento com origem nas deficiências físicas, motoras, sensoriais e/ou cognitivas, distúrbios psicológicos e /ou de comportamento, transtornos globais do

desenvolvimento e também aqueles com altas habilidades/superdotação. Ou seja, os sujeitos que tradicionalmente são conhecidos como ‘alunos especiais’ (Glat, 2011, p. 5).

Nesse sentido, é preciso pensar que o pedagogo em seu ambiente de trabalho, especificamente em contexto educacional, estará em um campo permeado por diferenças. E, no caso desse estudo, crianças que necessitam de atendimentos especializados, cuja pauta tem sido o foco de muitos pesquisadores.

Marques (2007, p. 44) explica que “durante muito tempo negou-se a existência das diferenças no processo pedagógico”, o que resultou em uma prática pedagógica ideologicamente excludente.

Os nomeados como diferentes foram, assim, historicamente discriminados. Vítimas da rejeição e/ ou da compaixão social, estiveram sempre à margem do convívio com os cidadãos considerados normais, sendo, inclusive, segregados, em muitos casos, em ambientes (instituições) restritivos, como são os casos dos asilos, escolas especiais, hospitais psiquiátricos etc. Cabia também à escola classificar e selecionar os sujeitos, isolando os que fugiam ao padrão construído socialmente. (Marques, 2007, p. 44).

Especificamente no caso da educação especial, Januzzi (2006) e Mazzotta (2017) discutem a história e as políticas públicas que atravessaram os tempos. Ambos, em suas pesquisas, destacam as experiências dolorosas pelas quais as pessoas com deficiência passaram, sendo excluídos da sociedade, segregados e escondidos por suas famílias.

As instituições de caridade, como hospitais e asilos, eram lugares de abrigos para os deficientes. A roda dos excluídos, uma estrutura montada nas paredes dos conventos, recebiam as crianças pequenas, cujas famílias a abandonavam para serem criadas pelas religiosas que ali moravam.

Durante séculos essas histórias se repetiram, até que o império tomou como medida a criação de Institutos específicos para o atendimento à pessoa com deficiência. Primeiramente para atender as pessoas cegas, o Imperial Instituto dos meninos cegos (1854), atual Instituto Benjamin Constant, e, logo depois, o Instituto Surdo Mudo (1857).

Tempo depois, surgem as instituições assistencialistas. Entre elas: a Associação Pestalozzi (1926), cujo objetivo era o atendimento para pessoas com deficiência mental; e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), em 1954. Dessas iniciativas, nascem os movimentos dos próprios deficientes, das suas famílias e de outros grupos que lutaram pela causa.

Desses movimentos e como resultado de muitas lutas, as pessoas com deficiência ganham visibilidade nos documentos oficiais, pelo menos enquanto sujeitos de direito. Ao que se refere a educação, foco do nosso estudo, a Carta Magna, Constituição Federal Brasileira de 1988, garante:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996; a Política Pública Nacional de Educação Especial, de 1994; as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, de 2001; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, bem como outros dispositivos legais têm contribuído para que os professores tenham elementos para estudar e conhecer os direitos das pessoas que necessitam de atendimento especializado.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, criada em 2008, dentre outras garantias, traz como pauta a “Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar”, exigência essa que já se pode observar em editais de seleções e concursos públicos de diversos estados e municípios para professores que atuarão na área da educação especial.

Ainda que os dispositivos legais tragam aos professores diretrizes para a busca de uma educação inclusiva, de acordo com Barbosa e Saramago (2019), ainda há uma necessidade de que os dispositivos legais sejam efetivados, pois em época de inclusão ainda é possível encontrar alunos, em sala de aula, envolvidos por práticas integracionistas, com atividades desconectadas do conteúdo trabalhado, o que de certo modo, dentre outros motivos, pode estar vinculada a formação inicial e continuada do professor, temática que embora não seja tratada nesse texto, tem necessidade urgente de discussão, ainda mais considerando os novos desafios e as novas propostas voltadas ao atendimento de estudantes sujeitos dessa pesquisa.

## **Do modelo médico-biológico ao modelo do atendimento multiprofissional**



Para melhor compreendermos o trabalho multiprofissional no atendimento educacional especializado, primeiro é necessário lançar um olhar para a perspectiva histórica que envolve esses conceitos e suas práticas. Gonçalves (2022) explica que “[...] historicamente, a deficiência foi associada à doença e segue sendo vista como um fenômeno biológico” (p. 25). Isso fez com que o foco dos tratamentos médicos fossem em curar o corpo doente, para que ele voltasse ao “normal”. Esse tipo de entendimento atravessou a sociedade, construindo-se a mentalidade do “normal” e “anormal” quando o assunto era a respeito de pessoas, seus comportamentos e capacidades. Nesse caso, a pessoa que não se encaixava no padrão dito “normal” era considerada como incapaz de levar uma vida social plena. Gonçalves (2022, p. 25) salienta que o tratamento das pessoas “anormais” eram pautadas no modelo médico-biológico.

Diante as críticas, debates e discussões, que já ocorriam desde os anos de 1960, em especial feitas pelos próprios deficientes, seus familiares e pesquisadores de diferentes regiões foi-se repensando em diferentes modelos de atendimentos para as pessoas com necessidades especializadas. Como resultado, nos anos de 1980, “a concepção de deficiência passou a ser entendida como um fenômeno de natureza social”. Contudo, ainda que o modelo médico-biológico tivesse, aparentemente, perdido a força, a deficiência ainda era tomada como uma “restrição ou ausência de capacidade para executar uma atividade normalmente, ou dentro da margem do que se considera normal para o ser humano” (Bernardes; Araújo, 2012, p. 2437 apud. Gonçalves, 2022, p. 27).

Nessa mesma época, surge a Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidade e Desvantagens (CIDID), uma classificação intermediária da Classificação Internacional de Doença (CID) (1893) criada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) com o objetivo de esclarecer, classificar e codificar as doenças. E mais uma vez colocando a pessoa com necessidade especializada no bojo dos “anormais”, ou seja, aquele que é incapaz e está em desvantagens com relação ao outro.

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) chega em 2001, “[...] indicando um modelo biopsicossocial, que considerasse o biológico, o psicológico e o social, deslocando o déficit do corpo para a sua funcionalidade [...]” (Gonçalves, 2022, p. 26). Para Gonçalves (2022, p. 28), a classificação da CIF “[...] foi utilizada como parâmetro de modificação na educação especial ofertada aos(as) alunos(as) com deficiência”, porém, ela “é circunscrita ao amplo contexto da saúde e não cobre circunstâncias que não estão

relacionadas com a saúde, tais como, as que resultam de fatores socioeconômicos [...]” (Gonçalves, 2022, p. 28).

A aprovação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) - nº 13146, aprovada em 2015) ocasionou o surgimento de “novos parâmetros para identificar quem são as pessoas consideradas com deficiência, inclusive indicando uma avaliação da deficiência, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar” (Gonçalves, 2022, p. 30).

Diz o documento:

§1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; III - a limitação no desempenho de atividades; e IV - a restrição de participação (Brasil, 2015a).

A equipe multifuncional ganha visibilidade e funções. A ela foi delegada avaliar as deficiências de forma a elaborar um plano de cuidados individualizados, considerando todas as necessidades da criança. Ademais, o trabalho da equipe multiprofissional no ambiente escolar também pode se estender ao atendimento das crianças com necessidades especiais presentes no ensino regular ou em instituições de Educação Especial.

Segundo Silva (2016), o atendimento educacional realizado por uma equipe multiprofissional especializada não deve ser restringido a um público-alvo específico, mas pode ser destinado a toda a escola. Para a pesquisadora, “[...] o trabalho dessas equipes deve ser compreendido dentro de um contexto amplo, de coletividade e sem individualizações, caracterizado pelo olhar sobre o contexto e sobre as práticas que permeiam esse espaço” (Silva, 2016, p. 98).

Nessa perspectiva, o campo da Pedagogia e o trabalho do pedagogo se inserem nesse contexto com sua atuação dirigida às crianças com necessidades especializadas, podendo contribuir significativamente, a partir de técnicas específicas com o sucesso do aprendiz.

### **O lugar do pedagogo no atendimento multiprofissional**

Como exposto anteriormente, as pessoas consideradas “anormais” eram tratadas pelo modelo médico-biológico. Com o passar do tempo, os diferentes movimentos pela causa dos deficientes, a criação de dispositivos legais e outras ações a favor da pessoa com necessidades especializadas, a história da educação especial ganhou novos delineamentos, inclusive educacionais.

Dentre os avanços que as pessoas com necessidades especializadas tiveram no contexto da educação está a criação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) em escolas dos diversos estados brasileiros, cujo objetivo voltou-se para atender as demandas das crianças que são público alvo da educação especial. Com o auxílio de variados recursos didáticos, como, por exemplo: jogos, brinquedos e técnicas específicas utilizadas pelo profissional responsável por essas Salas, as crianças desenvolvem o seu potencial e recebem orientações e ajuda para as suas limitações.

Nesse modelo (SRMs), o aluno é retirado da sala de aula ou retorna no contraturno do período da sala de aula regular e recebe atendimentos complementares a sua escolarização, individualmente ou em pequenos grupos, com especialistas em Educação Especial, que tem como função, minimizar as desvantagens escolares que esses alunos possam apresentar, na tentativa de melhorar o aluno para que ele se enquadre nos padrões da sala de aula e do ano em que está matriculado (Silva, 2016, p. 99).

Ademais, o professor de apoio, uma conquista para as crianças com necessidade especializadas, também tem sido um diferencial para as crianças público alvo da educação especial. Atuando na sala de aula comum, junto ao professor regente ele busca a melhor maneira de os educandos desenvolverem suas habilidades. Acolhendo os alunos, adaptando currículos e elaborando materiais, esse profissional tem como alvo o desenvolvimento e o sucesso da aprendizagem daqueles os quais atendem (Conde; Cunha, 2020, p. 9).

Para além do âmbito escolar, o profissional com formação em Pedagogia poderá atuar em equipes multifuncionais em clínicas específicas, de cunho privado, onde atuam juntos profissionais da saúde como: Fisioterapeuta, Psicólogo, Terapeuta Ocupacional, Fonoaudióloga e outros. Apropriando-se de técnicas diferentes voltadas para a sua área de conhecimento, esses profissionais realizam avaliações e intervenções conforme a necessidade da criança, sendo elas: motoras, emocionais/comportamentais e de comunicação.

No caso do pedagogo, esse profissional irá atuar para o desenvolvimento cognitivo da criança, focando na sua aprendizagem. Em especial na aprendizagem escolar, seu objeto de estudo e prática. Nesse caso, seu foco deverá ser a interdisciplinaridade (Dawson; Rogers, 2014, p. 40). Vale lembrar, nesse ponto, que o profissional com formação em Pedagogia poderá fazer uma ou mais formação continuada a nível de especialização que pode ser em Educação Especial, Psicopedagogia, Psicomotricidade, entre outros que poderá lhe dar outras ferramentas para melhor atuar com essas crianças.

A avaliação da criança deve ser feita com toda a equipe, respeitando cada área de conhecimento. Os instrumentos e técnicas serão diferentes, entretanto cada resultado deverá

ser apresentado para a equipe, a fim de que sejam promovidas discussões e reflexões, bem como planos de intervenções, conforme a demanda do atendimento. Lembrando que, conforme Conde e Cunha (2020, p. 6), “[...] o trabalho em equipe, com a finalidade de atendimento, exige uma construção coletiva de ações, ou seja, as dificuldades sempre presentes precisam ser refletidas e superadas em um aprendizado coletivo [...]”.

Quanto à intervenção, o Pedagogo tem como função trabalhar para que a criança a ser atendida tenha os recursos necessários para o seu desenvolvimento, o que requer diferentes estratégias, técnicas e materiais. É importante, ainda, que esse profissional da educação esteja apto para “[...] criar um material, considerando as características e as necessidades do aluno, proporciona um aprendizado tanto para o professor quanto para o aluno” (Pereira et al., 2015, p. 208 apud Conde; Cunha, 2020, p. 9). Entretanto, para isso, é necessário que pedagogo conheça o perfil do pequeno aprendiz, bem como as suas habilidades, afinidades, interesses e dificuldades

Conde e Cunha (2020) defendem a necessidade da presença do pedagogo nas equipes multiprofissionais como mediador da integração do conhecimento e do desenvolvimento humano. Para isso, os autores se embasam nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia,

De acordo com a Secretaria de Educação Especial - SEESP (BRASIL, 2004), o objetivo maior, no acompanhamento de pessoas com necessidades especiais, é a integração de conhecimentos, daí a necessidade de várias profissões atuando em conjunto (p. 9).

Nesse caso, o pedagogo por formação, será o profissional mais adequado para lidar com o processo de produção, sendo capaz de compreender as dificuldades de aprendizagem de cada criança para, junto à equipe multiprofissional, promover condições de um desenvolvimento global que perpassa pelos aspectos físicos, emocionais e intelectuais, os quais serão acompanhados rigorosamente com o intuito de identificar o avanço da criança com necessidade especializada.

É preciso destacar que, assim como os demais profissionais da equipe, o pedagogo deve ter em sua mente que para uma atuação significativa e eficaz torna-se necessário a prática de constante estudo, pesquisa e capacitação; uma vez que os desafios são cada vez maiores no que tange a educação especial e a busca dos familiares por atendimento especializados em clínicas e demais espaços onde atuam equipes multiprofissionais.

## **Considerações Finais**

A formação de Pedagogos passou por diferentes momentos históricos, tendo como aporte Leis e Resoluções que definiram como seriam os cursos de Graduação. Com as demandas cada vez maiores, o trabalho do Pedagogo foi ampliado e hoje ele tem um papel ímpar no contexto da Educação Especial. Atuando em clínicas específicas, esse profissional contribui com atendimentos especializados e junto com outros profissionais da educação e da saúde busca desenvolver habilidades para o aprendizado daqueles que são atendidos.

Nesse sentido, buscamos, neste trabalho, discutir o papel do pedagogo frente às novas demandas educacionais e a relevância do seu trabalho para a equipe multiprofissional junto às crianças que necessitam de atendimento especializado. E, com base nesse objetivo, compreendemos que o papel do pedagogo, enquanto membro de uma equipe multiprofissional, destinado ao público que necessita de atendimento especializado, tem um papel imprescindível tanto para aqueles que são atendidos como para toda equipe, considerando a sua formação voltada para processos de desenvolvimento da aprendizagem, de processos educacionais, ações interdisciplinares, avaliações, intervenções educativas, produção de material pedagógico, organização e enriquecimento curricular, entre outros.

Nesse sentido, o seu trabalho torna-se relevante uma vez que a aprendizagem está presente em todas as áreas de desenvolvimento do ser humano. Com a teoria e a prática, que devem estar sempre sendo revistas e atualizadas, o profissional formado em Pedagogia terá um olhar e uma escuta mais sensível e buscará, por meio de estratégias e técnicas específicas, possibilidades para que a criança atendida desenvolva as suas potencialidades dentro e fora do ambiente escolar, crie e recrie, produza conhecimento e supere as suas limitações no momento de aprender.

## **Referências bibliográficas**

BRZEZINSKI. Pedagogo: delineando identidade(s). **Revista UFG**, n. 10, p. 120-132, Goiás, 2011.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Censo da Educação Básica. Brasília, 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei Brasileira de Inclusão nº 13146/2015**. Ministério da Educação. Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CP nº 01/2006**. Ministério da Educação. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CP nº 02/2015**. Ministério da Educação. Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Ministério da Educação. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal Brasileira de 1988**. Brasília, 1988.

CONDE, Erica Pires; CUNHA, Bruno Melo. A formação do pedagogo e sua atuação em equipes multiprofissionais de atendimento a crianças especiais. **Educação: Teoria e Prática**, v. 30, n. 63, 2020.

GONÇALVES, Edivaldo Félix. **Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**: a importância dos aspectos histórico-culturais e o trabalho de uma equipe multiprofissional. Tese (Doutorado em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos-SP, 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAT, Rosana. Educação inclusiva para alunos com necessidades especiais: processos educacionais e diversidade. **O uno e o diverso na Educação**. Uberlândia: EDUFU, p. 75-92, 2011.

JANNUZZI, Gilberta de Martinho. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas. Coleção Educação Contemporânea. Autores Associados, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12. ed. - São Paulo, Cortez, 2010.

MARQUES, Luciana Pacheco. As diferenças na educação. **Revista de Educação do Cogeime**, v. 16, n. 30, p. 43-50, 2007.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil**: História e políticas públicas. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

Rogers, S. J., Dawson, G. **Intervenção precoce em crianças com autismo**: modelo Denver para a promoção da linguagem, da aprendizagem e da socialização. LIDEL: Lisboa, 2014.

SANCHEZ, Diego. Atendimento educacional especializado: a prática colaborativa multiprofissional. In: SOUZA, Liliane Pereira de (Org.). **Educação**: inclusão ou exclusão? Concepções e Práticas. Campo Grande-MS: Inovar, 2019.

SILVA, Márcia Altina Bonfá da. **A atuação de uma equipe multiprofissional no apoio à educação inclusiva**. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2016.

SILVA, Maria Cristina Mesquita da; GUILHERME, Alexandre Anselmo; BRITO, Renato de Oliveira. A Base Nacional de Formação Docente e o curso de Pedagogia: cenários e

perspectivas da formação inicial de pedagogos no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 104, p. e5273, 2023.